

DESAMPARO E DOR PSÍQUICA NA ESCUTA DA PSICANÁLISE



Carolina Neumann de Barros Falcão DOCKHORN¹

Mônica Medeiros Kother MACEDO²

Blanca Susana Guevara WERLANG³



Resumo

Este artigo aborda a singularidade da condição de desamparo e de dor psíquica, considerando os aportes da Psicanálise. Com base em uma revisão dos textos da metapsicologia freudiana, apresenta-se a relevância desses conceitos, assim como se aborda a qualidade necessária da escuta no campo da técnica psicanalítica. A escuta analítica torna-se instrumento fundamental na intervenção de situações de desamparo e dor psíquica. Via transferência, instala-se um campo de ancoragem e de acolhimento, que possibilita que o excesso, nomeado como dor psíquica, seja simbolizado, retirando o sujeito do terreno do mortífero e do irrepresentável.

Palavras-chave: Desamparo. Dor psíquica. Escuta. Psicanálise.

Introdução

No século XIX, nasce a Psicanálise como uma revolucionária forma de compreender os misteriosos sintomas conversivos que a histeria expressava. A motivação de Sigmund Freud em adentrar os mistérios dos padecimentos psíquicos leva-o a descobertas nem por ele antes sonhadas. Ao embrenhar-se na investigação das dores da alma, constata existir no sofrimento histórico algo mais a ser desvelado. Na hipótese de ser a histeria uma doença de reminiscências, demarca-se a atemporalidade dos processos psíquicos. Esse passado-presente atualiza e revigora as dores da alma, tornando-as ainda mais dramáticas. Assim, a Psicanálise propõe-se a escutar aquilo que paradoxalmente aparecia como dor intensa via contorções, paralisias, distúrbios funcionais. A importância do ver desloca-se em relação ao escutar. A cena histórica denuncia um outro lugar: apresentam-se no corpo forças advindas de uma porção desconhecida ao sujeito que sofria. Nessa articulação entre o que está desvelado e velado no sintoma histórico, o tema da dor psíquica define rumos teóricos e estratégias clínicas na história da Psicanálise.

No processo de construção de sua metapsicologia, Freud articula as descobertas teóricas às exigências da técnica, indo muito além do campo da patologia histérica. Como bem explicita Hornstein (1989), o valor de uma teoria está em sua possibilidade de ser aplicada aos fenômenos da vida. Freud (1904/1976), buscando se fazer entender por seus interlocutores, define a Psicanálise como uma teoria, um método e uma técnica. Portanto, pode-se, a partir dessas considerações, afirmar que a Psicanálise pressupõe uma forma de pensar, um modelo de investigação e uma peculiar forma de intervenção nos fenômenos que se propõe estudar e compreender. Ao teorizar sobre a histeria, Freud vai construindo uma técnica que lhe permite acessar o mundo inconsciente de seus pacientes. O ponto central de suas descobertas reside na capacidade de escutar não só aquilo que o paciente fala ou expressa no corpo, mas, também, paradoxalmente na ausência de um saber sobre si mesmo expresso via lapsos, sonhos ou sintomas. Descobre nessa capacidade a possibilidade da Psicanálise contemplar, via relação do analista com seu paciente, “a singularidade desse outro que fala, seja na dimensão referente a seu sofrimento e pedido de ajuda, seja no que diz respeito ao efeito de sua ação terapêutica sobre ele” (MACEDO e FALCÃO, 2005, p. 66).

A importância da temática da dor psíquica para a Psicanálise é inquestionável. Tal afirmativa é feita por Freud (1905/1976, p. 302), ao expressar no artigo *Tratamento Psíquico ou Mental*: “é em geral verdadeiro que ao formarmos um julgamento das dores (que são normalmente consideradas fenômenos físicos) devemos ter em mente sua inequívoca dependência em relação a determinantes mentais”. Os leigos, segundo Freud (1905/1976, p. 302), gostam de rotular essa espécie de influências mentais como “imaginação” e inclinam-se a demonstrar “pouco respeito por dores devidas à imaginação em contraste por ferimentos, doença ou inflamação. Mas isto é claramente injusto. Como quer que as dores sejam causadas – mesmo pela imaginação – elas próprias não são menos reais nem menos violentas por isto”.

A realidade e a dramaticidade presentes nos produtos psíquicos exigem uma diferenciação: não se trata apenas de ouvir o que o paciente tem a dizer, mas, sim, efetivamente escutá-lo. Nesse desafio à escuta, a Psicanálise oferece seu arcabouço teórico e seus recursos da técnica. A complexidade do Inconsciente exige e impõe o requisito de uma singularidade de escuta. Neste sentido, este artigo tem como objetivo abordar, através de uma revisão da literatura, a temática do desamparo e de dor psíquica, tanto a partir das postulações metapsicológicas de Freud, quanto de algumas contribuições de autores contemporâneos da Psicanálise. Busca-se, a partir de então, demarcar o fundamental papel da escuta psicanalítica como possibilidade de atribuição de significado à dor psíquica e, conseqüentemente, como

possibilidade de retirar o sujeito da trama de suas repetições. Ao trabalhar estas temáticas, não se tem a pretensão de esgotá-las, mas sim de explicitar suas amplitudes, além de propor algumas reflexões no que diz respeito ao exercício da clínica psicanalítica atual.

O desamparo e a dor na metapsicologia do Projeto

A metapsicologia freudiana fornece as ferramentas teóricas para que se possa, segundo Valls (2004, p. 14), conhecer a “psicologia da denúncia” que se faz presente em Freud. Para o autor, o texto freudiano desde seu início e, principalmente no *Projeto para uma Psicologia Científica* escrito em 1895, apresenta uma “denúncia da base não racional e afetiva da conduta humana”. De fato, para Valls (2004, p. 17) a “metapsicologia freudiana nos mostra assim um modelo do funcionamento da alma humana”.

Em 1895, no seu fundamental texto *Projeto para uma Psicologia Científica*, assim como, nas cartas escritas a Fliess nesse período, é possível vislumbrar o raciocínio inicial de Freud a respeito dos enigmas humanos que o desafiavam. Embora ainda munido de uma linguagem eminentemente neurológica, no texto de 1895, Freud postula seu primeiro modelo de aparelho psíquico, denominado nesta época de nervoso ou neurônico, demarcando o essencial papel desempenhado pelo outro na constituição do sujeito psíquico. Nesse momento de seu pensamento, Freud (1976) afirma que o aparelho neurônico é constituído pelos sistemas ϕ , ψ e ω , sendo estimulado desde o mundo externo e desde o interior do próprio corpo. O sistema ϕ está diretamente ligado às quantidades de energia externa, sempre sentidas pelo aparelho como muito intensas. Os neurônios ϕ são perceptivos; todavia, não estão em contato direto com o mundo externo. São protegidos deste contato pelos órgãos de sentido. Já o sistema ψ é um sistema de memória, isto é, seus neurônios são aqueles capazes de ser permanentemente modificados por ocorrências únicas, permanentemente influenciados pela excitação. Freud (1976) salienta ainda, que apenas os neurônios, os quais, após cada excitação, permaneçam em um estado diferente do anterior, são capazes de representar a memória e, conseqüentemente, são, também, responsáveis pelos processos psíquicos em geral. Os neurônios ψ são divididos em duas classes: os do pallium são investidos a partir de ϕ , ou seja, do exterior, e os neurônios do núcleo, investidos a partir de estímulos endógenos.

Ambos os sistemas ϕ e ψ dão conta de quantidades de energia no aparelho neurônico. A qualidade, que diz respeito aos aspectos sensíveis da percepção, é uma característica essencial da consciência. Freud (1895/1976) supõe, então, a existência de um terceiro sistema de

neurônios – sistema ω – o qual é excitado junto com a percepção, produzindo qualidades subjetivas, sensações conscientes. A consciência é, assim, entendida como o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos do sistema nervoso. É no sistema ω que se dão as sensações de prazer e desprazer.

Ao referir a relação do aparelho com o mundo externo, Valls assinala que essa relação com as quantidades das massas em movimento da realidade se dá através do aparelho perceptual. Esse, em grande parte se encarrega de filtrar “até onde pode as magnitudes de estímulo provenientes desde esse lugar que comumente são da ordem de uma magnitude muito maior que as que o aparelho psíquico pode ligar rebaixando-as, então, a uma medida tolerável para ele” (VALLS, 2004, p. 77).

A princípio, o aparelho nervoso é regido pelo Princípio de Inércia, ou seja, a atividade neurônica busca sempre o repouso em um movimento arco-reflexo: na medida em que entra energia no aparelho, essa energia é totalmente descarregada, de modo a manter o aparelho nervoso livre de estímulos. A descarga representa, assim, a função primordial do sistema nervoso. Entretanto, Freud (1895/1976, p. 397) pontua que desde o início da vida, o Princípio de Inércia é rompido por uma outra circunstância:

à proporção que aumenta a complexidade interior do organismo, o sistema nervoso recebe estímulos do próprio elemento somático – estímulos endógenos – que também têm de ser descarregados. Desses, o organismo, ao contrário do que faz com os estímulos externos, não pode esquivar-se.

A respeito dessa situação, Valls (2004, p. 77) afirma que “o aparelho psíquico utiliza ‘pantallas teloneuronales’ para proteger o psiquismo da quantidade que provém da realidade exterior”, e acrescenta que “o indivíduo não tem estas ‘pantallas’ a respeito dos estímulos provenientes de seu próprio corpo”. Os estímulos endógenos, escreve Freud, só cessam a partir do mundo externo, através de ações específicas.

Uma ação específica, segundo Laplanche e Pontalis (1994), é aquela intervenção externa adequada que leva à resolução duradoura da tensão interna criada pela necessidade. Para que uma ação específica se realize, é indispensável não apenas uma série de condições externas, como também, a presença de um objeto específico. É indispensável, também, que no interior do aparelho seja acumulada certa quantidade de energia para que seja possível alcançar as exigências de uma ação específica, isto é, é preciso fazer acontecer uma ação específica e, para tanto, é necessária uma quantidade de energia interna. Assim, conforme pontuou Freud (1976), o Princípio de Inércia – descarga total de energia – tem de ser

substituído por um Princípio de Constância, o qual realiza a tendência em manter a energia em um nível ótimo e constante, isto é, evitando qualquer aumento da quantidade de energia.

O ser humano, destaca Garcia-Roza (1998), ao contrário da maioria dos animais, nasce completamente despreparado para a vida, sendo incapaz de manter-se vivo sem ajuda externa, sem depender das pessoas responsáveis pelo seu cuidado. Esta condição de desamparo é constituída pela incapacidade objetiva do bebê de satisfazer, por suas próprias forças, suas demandas endógenas – as exigências de suas necessidade vitais (PEREIRA, 1999). Isto é, a urgência em livrar-se da tensão ocasionada pelo excesso de excitação coloca o sujeito em uma condição de desamparo. Para que o bebê sobreviva, é fundamental que sejam realizadas sobre ele ações específicas, as quais se efetuam por meio de assistência ou ajuda alheia, “quando a atenção de uma pessoa experiente é atraída para o estado em que se encontra a criança, mediante a condução da descarga pela via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função de comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais” (FREUD, 1976, p. 422). Dessa maneira, embora incapaz de satisfazer suas necessidades sozinho, o bebê torna-se rapidamente capaz de realizar uma comunicação com o outro que lhe cuida, apresentando um comportamento – o choro, por exemplo – que é escutado como um signo de demanda e propicia a realização da satisfação de sua necessidade. Na medida em que a demanda é atendida via ajuda alheia, ocorre uma troca simbólica e, conseqüentemente há o progressivo registro desta troca – que não é apenas uma satisfação instintual – em uma ordem simbólica (GARCIA-ROZA, 1998). Na condição do desamparo infantil, é decisivo que a criança sinta-se amada por seus pais (PEREIRA, 1999).

Freud (1976) afirma que, ao efetuar o trabalho da ação específica, o objeto externo – o cuidador – oferece ao bebê uma *vivência de satisfação*, a partir da eliminação da tensão provocada pelos estímulos endógenos. Esta vivência de satisfação traz conseqüências decisivas para o desenvolvimento das funções individuais, produzindo no sistema ψ uma descarga, uma catexização de um ou vários neurônios do pallium correspondentes à percepção do objeto que produziu a satisfação e uma aquisição de informações acerca da descarga que se segue à ação específica. Existindo catexização, há facilitação entre os neurônios, o que permite a Freud concluir que a experiência de satisfação leva a uma facilitação entre a imagem mnêmica do objeto externo que efetua a ação específica e da descarga pela ação específica e os neurônios nucleares catexizados durante o estado de tensão. Esta facilitação torna possível que, ao reaparecer o estado de necessidade ocorra a reativação das duas lembranças.

Nesse contexto, Laplanche e Pontalis (1994) ressaltam que em uma fase precoce, o sujeito não possui condições de se certificar que o objeto realmente está presente ou não, ao reinvesti-lo a partir do re-despertar do estado de urgência. Como investe o objeto muito intensamente, torna-se muito semelhante à percepção original, mas o que de fato se produz é uma alucinação (GARCIA-ROZA, 1998). Assim, há, durante um período de tempo, uma satisfação alucinatória. Esta, porém, não sacia a necessidade e impõe, frente a não satisfação, uma importante frustração. Dessa forma, Laplanche e Pontalis (1994, p. 531) pontuam que

o conjunto desta experiência – satisfação real e satisfação alucinatória – constitui a base do desejo. O desejo tem efetivamente a sua origem numa procura da satisfação real, mas constitui-se segundo o modelo da alucinação primitiva.

De fato, a ação desse objeto real do mundo exterior leva ao registro da satisfação e as vivências de satisfação vão instaurando o pulsional, abrindo espaço ao desejo, já que, como salienta Garcia-Roza (1998), do auxílio externo (ajuda alheia) que cancela a tensão endógena (ação específica) sobrevém a vivência de satisfação; vivência, esta, que introduz o sujeito na ordem simbólica. Segundo Valls (2004, p. 107), a vivência de satisfação “é realmente crucial na constituição do aparelho psíquico, na verdade, podemos dizer que é fundante do psiquismo, pelo menos do psiquismo representacional”.

Todavia, Freud (1976) percebe que o bebê não experiencia apenas vivências de satisfação, mas também vivências de dor. A dor está relacionada a grandes quantidades de energia, as quais rompem os dispositivos de tela em ϕ , ocasionando irrupção de grandes quantidades de energia em ψ . A dor, então, produz em ψ um grande aumento do que é sentido como desprazer em ω ; uma tendência à descarga; uma facilitação entre a propensão à descarga e a imagem mnêmica do objeto que acentua a dor. Além de uma quantidade, a dor possui também uma qualidade, dada pelo sentimento de desprazer em ω . Freud (1976) salienta que os resíduos, tanto da vivência de satisfação, quanto da experiência de dor, são os afetos. Na experiência de dor, quando a imagem do objeto hostil é reinvestida, surge um estado de desprazer acompanhado de uma tendência à descarga. Isto é, o efeito do novo investimento sobre a imagem do objeto hostil não é dor, mas sim afeto acompanhado de desprazer. Assim, dor e desprazer não estão no mesmo registro. A dor não se situa no pólo oposto do prazer, ainda que Freud, tal como destaca Garcia-Roza (1998), não tenha eliminado a possibilidade de a dor vir a se constituir como um ingrediente importante na economia do prazer-desprazer. Inclusive, sendo a dor parte de uma vivência prazerosa, como é o caso do masoquismo.

É fundamental situar que a dor não deve ser vista como um princípio estruturador do psiquismo, a menos que a intensidade de energia em questão seja passível de um contra-investimento. A dor, quando intensa e duradoura, tem como efeito uma extrema desorganização da economia psíquica. Neste sentido, Garcia-Roza (1998) destaca a diferença entre a vivência de satisfação que é diferenciadora, e a vivência da dor que é *desdiferenciadora*. Quando quantidades grandes rompem a proteção dos órgãos dos sentidos e superam a resistência oferecida pelas barreiras de contato, os neurônios se tornam inteiramente permeáveis à condução de excitação. Por isso, “deixam de haver caminhos diferenciados e estabelece-se como que um só caminho que é um não-caminho, já que qualquer percurso é possível” (GARCIA-ROZA, p. 141-142).

Tanto a vivência de satisfação quanto a vivência de dor produzem estados de desejo e afetos, sendo que ambos significam aumento de tensão no sistema ψ . Freud (1976) salienta que esse aumento, no caso de um afeto, se dá por uma liberação súbita de energia enquanto que, no caso de um desejo, se dá por somação. Destaca, ainda, que ambos estados têm suma importância para as passagens de energia em ψ , uma vez que deixam marcas em favor dessas passagens: enquanto o estado de desejo causa uma atração positiva pelo objeto desejado, a experiência de dor provoca uma aversão por manter investida a imagem mnêmica hostil. Assim, pode-se dizer que as reações à dor e ao desejo são diametralmente opostas: a primeira constitui a defesa primária e a segunda, a atração de desejo primária. De fato, ao tratar do tema da defesa primária, Freud (1895/1976) trabalha a noção de recalçamento como um esforço para desinvestir a imagem mnêmica do objeto hostil e, conseqüentemente, esforço para evitar a dor.

Todavia, é preciso que haja uma organização dos neurônios para existir a atração de desejo e o recalçamento, a qual visa, fundamentalmente, estabelecer a possibilidade de distinção entre a percepção e a lembrança (representação). Pode-se conceber a representação como tendo uma origem direta com a percepção e com a marca perceptiva que essa deixa no aparelho psíquico (VALLS, 1995). A organização em ψ é chamada por Freud (1976) de Ego, o qual vai sendo constituído a partir das experiências de satisfação. Destaca Garcia-Roza (1998) que, das vivências de prazer, surgirá o Princípio do Prazer como mote do funcionamento psíquico, através dos processos de ligação, a qual é entendida por Freud (1895/1976) como o processo de contenção do livre escoamento das excitações, isto é, a transformação de energia livre em energia ligada. Dessa forma, para o autor,

a passagem do prazer entendido como estado psicológico para o prazer entendido como princípio se dá pela ligação. [...] O Eu, portanto, não é o agente da ligação, mas um efeito dela. Não há um Eu anterior à ligação (FREUD, 1976, p. 149-150).

Neste sentido, segundo Freud (1976) o Ego pode sofrer danos decorrentes de duas situações: o estado de desejo sem a presença do objeto e a catexização do objeto hostil. Em relação à primeira, o risco se encontra no Ego sempre construir uma alucinação para descarregar a energia provinda dos estímulos endógenos (necessidade), uma vez que o objeto real de satisfação não está presente. A única maneira disto não ocorrer está na constituição, por parte do Ego, em distinguir a percepção da lembrança. Já em relação à segunda situação, Freud (1895/1976) salienta que é necessário que haja a indicação que vai ser reinvestida a imagem mnêmica do objeto hostil para que seja possível evitar, por meios de investimentos colaterais, a conseqüente liberação de desprazer. Desta forma, se o Ego for capaz de inibir a catexização a tempo, tanto a liberação de desprazer, quanto as defesas resultantes serão mínimas.

Ambas as situações são identificadas por Freud (1895/1976) como biologicamente nocivas. Torna-se, por isso, imperativo que se constitua uma indicação para a distinção entre percepção e lembrança. Desenvolve-se, então, o Princípio de Realidade, através da indicação de realidade fornecida pelo sistema ω , a qual, aliada à capacidade de inibição do Ego, permite que possa haver essa diferenciação. A ação do Ego como facilitador de um movimento energético, ou seja, um “processo de ligação” impede a descarga massiva e imediata das excitações desconstruídas da capacidade lógica ou de temporalidade (regido pelo processo primário) e vai permitindo ao aparelho psíquico dispor de uma função secundária. No processo secundário, com a capacidade de retardar e modificar a descarga, encontram-se formas de investimento e circulação de energia mais estáveis, as quais possibilitam, via existência e eficácia das barreiras de contato, experiências mentais distintas da descarga imediata. É justamente o investimento moderado no objeto – obtido através da capacidade de inibição do Ego – que torna possível a diferenciação entre percepção e lembrança, uma vez que, caso não ocorresse essa inibição, o investimento no objeto seria tão elevado que seria muito semelhante ao investimento produzido pelo objeto externo. E, então, não haveria a possibilidade do Ego de reconhecê-lo como não real (GARCIA-ROZA, 1998).

O pensamento, processo secundário em ψ , tem seu ponto de partida justamente na tarefa de discernir percepção e lembrança, ou seja, Freud (1895/1976) compreende que a finalidade e o término de todos os processos de pensamento estão em produzir e estabelecer um estado

de identidade. Assim, sempre que não houver a semelhança entre as catexias, entra em atividade o pensamento, buscando a coincidência, ou seja, é a dessemelhança que provoca a inibição à descarga por parte do Ego, dando lugar ao trabalho de pensar. O pensamento, desta forma, pode ser considerado o paradigma do funcionamento da energia ligada, abrindo-se novas e mais complexas vias de deslocamento das cargas de energia.

O desamparo como condição humana: contribuições pós-freudianas

Uma das mais importantes idéias freudianas é a noção de desamparo, a qual, conforme Pereira (1999, p. 125), não se esgota na

referência ao estado de insuficiência psicomotora do bebê nem se resume a uma condição meramente acidental do funcionamento psíquico. Muito mais que isso, a *Hilflosigkeit* freudiana constitui o horizonte último de todo o processo no qual a linguagem está engajada.

Ainda para o autor, a concepção de desamparo é introduzida na obra freudiana em termos muito concretos, a partir da incapacidade do bebê de sobreviver por suas próprias forças, sem a ajuda de um outro (objeto externo cuidador). Mais tarde, porém, o tema do desamparo é retomado e reelaborado por Freud, ao trabalhar a teoria da angústia e da constituição dos ideais e do superego. Em *O Futuro de uma Ilusão*, por exemplo, Freud (1927/1976) trabalha a concepção do desamparo em relação à perspectiva da falta de garantias do ser humano e da criação de deuses para compensá-la, refletindo sobre a origem e a função da religião e da cultura: “o desamparo do homem permanece e, junto com ele, seu anseio pelo pai e pelos deuses”, dos quais se espera a missão de “exorcizar os terrores da natureza, reconciliar os homens com a crueldade do Destino, particularmente a que é demonstrada na morte, e compensá-los pelos sofrimentos e privações que uma vida civilizada em comum lhes impôs” (FREUD, 1927/1976, p. 29). De fato, Freud confere ao desamparo um estatuto de dimensão fundamental da vida psíquica, sendo o que indica os limites e condições de possibilidade do processo de simbolização e da linguagem (PEREIRA, 1999).

A noção de desamparo como uma condição humana pode ser ainda mais explorada por meio das proposições da psicanalista Piera Aulagnier. Em seus estudos e contribuições a respeito da psicose, Aulagnier (1988) investiga com muita propriedade a importância dos tempos primeiros na relação mãe-bebê, destacando a relevância das relações intersubjetivas no processo de construção do eu. Pode-se considerar, portanto, que a história do Eu na obra de Aulagnier é “tanto libidinal como identificatória” (HORNSTEIN, 1991, p. 361).

Ao trabalhar as proposições de Aulagnier, Hornstein (1991, p. 20) afirma “o Eu não se constitui como uma mônada, senão no espaço da relação com o Outro. É pela própria história da relação com seus objetos que o Eu constrói a própria”. Nesse sentido, os tempos iniciais da relação mãe-bebê, o encontro entre o *infans* e sua mãe

se caracteriza pela defasagem entre o *infans* que se representa seu estado de necessidade e a mãe que responde a respeito dessas representações, interpretando-as de acordo com uma significação antecipada que somente posteriormente será inteligível para o *infans* e que exigirá pôr em ação outros processos de representação (HORNSTEIN, 1991, p. 56).

Na obra de Aulagnier, o Eu é um “produto das sucessivas experiências de impotência nas quais foi modelado por um outro” (HORNSTEIN, 1991, p. 73). Assim, na construção de si mesmo o Eu deve considerar a imagem que ele mesmo constrói mais as que lhe foram oferecidas pelos outros, deverá ser capaz de articular essas duas referências: seu próprio reconhecimento e o reconhecimento de si mesmo a partir do olhar dos outros.

Ao utilizar a expressão “violência primária”, Aulagnier (1988) descreve a função de prótese exercida pela psique materna nesse tempo inicial da vida do bebê. Ou seja, caberá à mãe apresentar à criança uma realidade já representada e modelada por ela. Na violência primária, esta autora nomeia uma ação necessária, na qual ocorre uma imposição à psique da criança de eleições, pensamentos e ações motivadas pela mãe. Essa é uma ação na qual o

Eu do outro é o agente, tributo que a atividade psíquica paga para preparar o acesso a um modo de organização que se realizará a expensas do prazer e em benefício da constituição futura da instância chamada Eu (AULAGNIER, 1988, p.33).

Portanto, será via violência primária que a mãe configura com seu discurso o ingresso da criança na ordem humana.

Aquilo que foi antecipado pela mãe ao Eu da criança por meio de enunciados identificatórios deverá sofrer, posteriormente um intenso trabalho de historização do Eu, ou seja, a violência primária deverá ser uma experiência limitada no tempo. Caberá ao Eu iniciar um trabalho de historização no qual o direito a pensar o que o outro não pensa será condição para um funcionamento autônomo do Eu. Assim, a mãe precisará aceitar uma mudança no sentido de não ser mais ela a condição de vida para a criança. Para Aulagnier (1984), quando se extrapola o caráter de necessidade da violência primária, será caracterizada a violência secundária. Nessa, está presente o risco do excesso e, se faz presente o desejo materno de que nada mude para que ela não perca o lugar de provedora de amor. O objetivo é, então, despojar a criança de todo pensamento autônomo.

Pode-se perceber que a condição de desamparo que marca os tempos iniciais do psiquismo evidencia a importância da qualidade psíquica de seus cuidadores. Assim, o conceito de trauma ganha vigência e atualidade, na medida em que passa a ser pensado como caracterizando uma situação de invasão de quantidades, estímulos, experiências que o psiquismo não consegue processar. Seja na ordem do excesso de ausência ou no excesso de presença, o conceito de trauma aqui alude ao impacto daquilo que escapa ao universo representacional do sujeito pela sua magnitude e intensidade. De toda forma, a importância da qualidade do espaço intersubjetivo ganha destaque, ao se considerar a condição de desamparo como essencialmente humana e determinante em termos de estruturação psíquica.

Dor psíquica e repetição na vigência do traumático

Conforme Laplanche e Pontalis (1994), no período inicial da Psicanálise, a etiologia das neuroses, no campo teórico, estava vinculada à ocorrência de vivências traumáticas passadas, enquanto que, no plano técnico, a cura dar-se-ia pela ab-reação e conseqüente elaboração psíquica. À medida que avança em suas proposições, Freud (1897/1976) abandona sua teoria do trauma, introduzindo a noção de fantasia e realidade psíquica. Em sua célebre Carta 69 (de 21 de setembro de 1897), dirigida a Fliess, Freud (1897/1976) afirma não mais acreditar em sua neurótica, isto é, não acredita mais em sua teoria do trauma como base teórica da etiologia das patologias neuróticas. Todavia, conforme salienta Macedo (2006), é fundamental a compreensão de que o abandono refere-se à noção da cena real de sedução e à linearidade da construção e entendimento de uma patologia, e não à exclusão do conceito de trauma da teoria psicanalítica. De fato, o caminho trilhado por Freud é o de cada vez mais valorizar o subjetivo, a realidade psíquica, os efeitos da singularidade de uma história.

Frente aos acontecimentos da I Guerra Mundial, Freud (1920/1976) passa a ocupar-se das neuroses traumáticas, observando, primeiramente, que os sonhos traumáticos dos sobreviventes da Guerra são exceções à premissa estabelecida já há muitos anos de que os sonhos são realizações de desejo. Ao buscar compreender o que se passava nestes casos, Freud adentra o terreno do que está mais além do princípio do prazer, o terreno da compulsão à repetição, da pulsão de morte, do desligado. A neurose traumática é, para Freud (1920/1976), uma patologia cujo debilitamento e perturbação das capacidades mentais são muito mais abrangentes e gerais do que nos quadros neuróticos. Já antes disso, Freud havia percebido a força da repetição. No texto *Recordar, repetir e elaborar*, Freud (1914/1976)

salienta a intensidade da repetição na análise, apontando como questão básica da transferência o que é possível ser vivido através dela, ou seja, a repetição na transferência denuncia a realidade psíquica do sujeito (CASTIEL e FALCÃO, 2005).

De toda forma, ao retornar à temática da repetição em 1920, Freud descreve que as repetições se estabelecem como uma compulsão, ou seja, se repetem experiências do passado que não têm nenhuma ligação com o desejo de prazer e que não foram representadas. Ao ocupar-se do que está além do princípio do prazer, Freud (1920/1976, p. 45) conceitua as experiências traumáticas como “quaisquer excitações provindas de fora que sejam suficientemente poderosas para atravessar o escudo protetor”. E segue, destacando: “parece-me que o conceito de trauma implica necessariamente numa conexão desse tipo com uma ruptura numa barreira sob outros aspectos eficaz contra os estímulos”. Acrescenta, ainda, Freud (1920/1976, p. 45) que, “o princípio de prazer é momentaneamente posto fora de ação. Não há mais possibilidade de impedir que o aparelho mental seja inundado de grandes quantidades de estímulos”. A vivência traumática, então, inunda o psiquismo, provocando um colapso econômico que acarreta o desmanche das barreiras de proteção.

Assim, o conceito do traumático impõe uma ampliação teórica, uma vez que sob o domínio do traumático, o psiquismo não mais é regido pelo princípio do prazer e a repetição instala-se frente à incapacidade do sujeito de metabolização psíquica do que ingressa. Em uma atordoante busca por ligar os excessos de energia desligados, por dominar os estímulos que dominaram o aparelho, o sujeito se vê condenado a uma repetição de dor.

Ao atentar para os efeitos do traumático no aparelho psíquico, Macedo (2006) destaca a visão freudiana da dor psíquica provocada pelo excesso que inunda o psiquismo, uma vez que esse excesso de excitação que invade o psiquismo é comparado ao desprazer próprio da dor corporal. De fato, Freud (1905) considera que o paradigma para a experiência dolorosa é a dor física, sendo a dor psíquica uma metáfora dessa. Ainda, as autoras salientam a recomendação de Freud em atentar ao caráter paralisante da dor, a qual evidencia a falta de recursos psíquicos qualificados e eficazes para lidar com novos aportes de energia. No contexto teórico de 1920, recupera-se, assim, com o texto freudiano o conceito de trauma desde uma perspectiva do violento, do intrusivo, que gera uma demanda significativa de processamento psíquico (MACEDO, 2006).

Berlinck (1999) ressalta a idéia de que o ser humano habita na dor, já que não sentir dor coloca o ser humano em um estado de total desamparo. Sem a dor, a vida ficaria ameaçada, uma vez que ela alerta para os estímulos potencialmente lesivos, tanto provenientes do

ambiente, quanto desde dentro do organismo. Todavia, esse autor, retomando proposições de Freud já em 1895, assinala que, quando a dor é provocada desde o externo, há reações imediatas no indivíduo de evitação e fuga do estímulo, enquanto que frente à dor originada dentro do aparelho psíquico, a fuga torna-se impossível e é preciso lançar mão de outros recursos para tratá-la. O excesso presente na situação traumática deixa o sujeito sob o efeito deste montante de energia que não consegue ser simbolizada. Trata-se de uma situação de dor na qual o ego fica totalmente tomado pelo que lhe ataca desde dentro. Ressalta-se aqui o aspecto de passividade instaurada no sujeito frente à incapacidade de dominar o excesso que o invade e deixa-o preso na teia de repetições de situações de dor psíquica.

A singularidade na escuta psicanalítica do desamparo e da dor psíquica

A técnica psicanalítica sofre profundas ampliações a partir das conceitualizações freudianas de trauma, compulsão à repetição e pulsão de morte. De fato, é indispensável pensar qual o efeito que um montante de intensidade não representada terá no campo da clínica, uma vez que aquilo que escapa ao processo simbólico, não deixa de ter um caráter ativo na vida psíquica do sujeito.

Mais do que nunca, é possível definir os efeitos do caráter demoníaco da pulsão de morte. Alonso (2003) refere que, no interior da segunda teoria das pulsões, Freud aproxima o excesso da pulsão à pulsão de morte. Assim, o que é da ordem do excesso necessita poder ser processado, de tal forma que o aparelho psíquico seja capaz de criar margens, limites, arranjos que o protejam de ser inundado por aquele. Isto porque “as pulsões, no seu excesso, no que têm de mais indizível, viram verdadeiras ameaças para o Eu, e é nestes casos que a violência da pulsão se faz notória” (ALONSO, p. 228). Essas verdadeiras ameaças ao Eu, nomeadas pela autora, denunciam o aspecto violento e intrusivo do excesso, que pode ser comparado ao descrito por Freud (1920/1976), quando utilizou a metáfora de um território invadido para falar de trauma.

Desta forma, a tarefa do psicanalista não mais consiste somente em recuperar uma história. É preciso abrir vias colaterais que possibilitam a metabolização do excesso e, assim, possibilitam, sobretudo, criar condições para que se alcancem simbolizações estruturantes. O campo da análise refere-se, então, à dialética entre a força pulsional e sua simbolização, sendo que a condição de possibilidade da segunda está dada pela transferência. A experiência

analítica passa a ser, cada vez mais, uma experiência intersubjetiva (CASTIEL e FALCÃO, 2005).

Neste sentido, a transferência ganha força como espaço privilegiado do trabalho analítico. Na transferência, a palavra dirigida ao analista terá que ser remetida às suas originais determinações, evidenciando o valor de uma história sempre única e singular. Na medida em que Freud vai valorizando o complexo encontro que ocorre entre o paciente e o analista, ele constata que o psiquismo é um sistema aberto, produtor e reproduzidor continuamente dos efeitos de uma história (MACEDO e FALCÃO, 2005). A condição de sistema aberto do aparelho psíquico implica pensar o intercâmbio com o que está fora do aparelho assim como considerar a possibilidade de interferência do externo no psiquismo.

Gormann (1999) questiona-se a respeito de quais recursos tem o ser humano para lidar com a dor. A via da descarga – um dos recursos possíveis – levaria o sujeito a um empobrecimento psíquico ou, até mesmo, a uma não constituição psíquica. Assim, é justamente ligar a dor a um significado que a torna subjetiva. Nasio (1996) afirma que a dor não apresenta em si mesma nem valor, nem significado, sendo que a única forma de acalmá-la é destacá-la do real e transformá-la em símbolo. Assim, tanto a intensidade daquilo que adentra o aparelho psíquico, como as condições desse em processar a quantidade serão fatores fundamentais a serem considerados quando se aborda a temática da dor psíquica. Portanto, o espaço viabilizado pela transferência, via qualidade de escuta do analista, funciona como recurso essencial de ajuda nesse processo de metabolização das intensidades. Alcançar a possibilidade de simbolizar a dor é dar condições, à intensidade, de ingresso no universo representacional do sujeito.

Ao nomear a dor em palavras o paciente encontra na escuta analítica a garantia da singularidade de fazer trabalhar os efeitos de uma história singular. Será a transferência o lugar privilegiado para que esse processo se estabeleça, pois, nessas situações, “trata-se de destraumatizar a pulsão, nomeando sua força, favorecendo sua passagem, dando mobilidade para o que na repetição aparece ‘soldado’, abrindo novos circuitos e promovendo novos investimentos” (UCHITEL, 1997, p. 131). Nesse sentido, segundo Macedo, Werlang & Dockhorn (2007), a análise implica que analista e analisando possam, juntos, construir destinos para as forças pulsionais e inscrevê-las no universo da simbolização. Reside aí a singularidade de uma situação de análise: frente à dor psíquica que se faz presente na demanda do paciente, a transferência surge como um fundamental campo de ancoragem e de acolhimento para que o excesso que atordoa possa ser atualizado e metabolizado. Na busca de

metabolização e transformação de uma situação de dor psíquica, o sujeito é convidado a experimentar uma singular situação de encontro com um outro que lhe oferece, via capacidade de escuta, recursos para instaurar um trabalho de atribuição de sentidos ao que lateja desde dentro. Será nesse contexto que poderá ocorrer o encontro entre uma escuta singular capacitada para abarcar a singularidade daquilo que se expressa como dor psíquica. Trata-se aqui, também, do reconhecimento por parte do analista de um não-saber sobre esse outro que demanda ajuda. Via escuta, constrói-se a possibilidade de dar à transferência seu verdadeiro papel de atualizar o que não pode ser território do passado por não ter sido metabolizado. A força transferencial impõe a presença do desamparo e da dor no campo analítico para que, ao serem escutados e nomeados, possam perder vigência e abrir espaços de autonomia e liberdade ao sujeito.

Considerações finais

Ao trabalhar a noção de desamparo como um dos pontos nodais da constituição psíquica, a Psicanálise oferece os instrumentos para que se compreenda o sujeito atordoado em sua dor psíquica. Será justamente na relação que marca os tempos iniciais da vida com um outro que cuida e atende suas necessidades, que é oferecida ao bebê a possibilidade de construção de recursos psíquicos que lhe serão exigidos nas experiências ao longo da vida. É nesse sentido que a condição humana de desamparo coloca em evidência a importância da qualidade psíquica dos cuidadores, demarcando o fundamental papel da qualidade das experiências nos espaços intersubjetivos.

A condição de desamparo extrapola a evidente questão da sobrevivência e, por isto, descortina todo um relevante momento de construção do psiquismo, possibilitando a instauração da capacidade simbólica e da linguagem. Da mesma forma, as experiências de dor são intrínsecas à constituição do sujeito. Tal como destaca Berlinck (1999, p. 10), a dor é “um limite *sui generis* porque é uma resposta a uma fratura nos limites do organismo e, portanto, do psiquismo e nos remete à nossa finitude”. Finitude essa que também exige do sujeito recursos psíquicos de enfrentamento com a idéia de morte. Trata-se, porém, nesse caso de uma espécie de *dor da existência*, ou seja, aceitar a finitude do corpo e, portanto, a extinção da vida.

Todavia, ao ser intensa e duradoura e, principalmente, quando o aparelho psíquico não possui recursos de contra-investimento para processá-la, a experiência da dor pode

desorganizar por completo a economia psíquica. Entende-se assim o entrelaçamento entre as noções de desamparo e de dor. Trata-se a dor de uma tentativa fracassada ou insuficiente de utilização dos recursos psíquicos a fim de ligar e dar destino àquilo que invade o psiquismo. A situação de desamparo atual pode estar ressignificando o desamparo inicial cujas marcas dão conta de uma experiência de não-cuidado e resultam numa impossibilidade de trilhamento nos caminhos de complexização do psiquismo. Como conseqüência percebe-se uma importante falta de recursos e, conseqüentemente, uma suscetibilidade de inundamento psíquico pelo excesso traumático.

Sob o domínio do traumático, cessa-se a regência do Princípio do Prazer e no psiquismo instala-se a repetição, frente à incapacidade de metabolização psíquica por parte do sujeito em relação ao que ingressa em seu psiquismo. Atordoado e preso à busca por dominar os estímulos que tomaram o aparelho, o sujeito torna-se condenado a uma incessante repetição de registros de dor. As situações podem variar na roupagem e no enredo, mas um fio condutor denuncia a presença do mesmo na intensidade não nomeada que se repete e atualiza.

Dor e desamparo marcam, inevitavelmente, qualquer sujeito psíquico. Tais marcas estão expressas nos sofrimentos neuróticos, tão bem compreendidos pela Psicanálise, desde a sua origem. A clínica psicanalítica atual, contudo, vê-se diante de uma outra qualidade de economia psíquica, para além da neurose, marcada, justamente, pelo maciço predomínio no irrepresentável, da dor bruta, intensa, sem símbolo. E, nesse sentido, é preciso capacitar e qualificar a escuta psicanalítica, como o instrumento de instauração do simbólico.

Assim, a situação de predomínio de dor no psiquismo permite que se faça uma comparação entre a situação de desamparo já experimentada nos primeiros tempos da vida e a situação de sofrimento que constitui uma demanda por análise. Enquanto naquela a importância da qualidade psíquica do cuidador se fazia constatar via ação específica, oferecendo, efetivamente, uma ajuda alheia que instaurava o circuito do desejo, agora se pode pensar na importância daquilo que é oferecido ao paciente como recurso de metabolização, via qualidade da escuta analítica.

Como bem define Freud em seu texto de 1895, as lembranças indomadas são aquelas que estão associadas aos traços de experiências de dor. A transferência surge como recurso fundamental, instaurado pela escuta analítica, de captar o lado silencioso da dor que, também, se faz presente nessas repetições de lembranças indomadas tendo como meta alçá-las à condição de patrimônio da memória, registro efetivo de um passado.

ABANDONMENT AND PSYCHIC PAIN IN PSYCHOANALYSIS LISTENING

Abstract

This article approaches the singularity of the abandonment and psychic pain condition, considering the contributions of the Psychoanalysis. Based on a texts review of the Freudian metapsychology, it is presented the relevance of those concepts, as well as it is approached the necessary quality of the listening in the field of the psychoanalytic technique. The analytical listening becomes a fundamental tool in the intervention of abandonment and psychic pain situations. Through transference, it is installed an anchorage field and of reception, that makes possible that the excess, nominated as psychic pain, be symbolized, removing the subject from the land of the deathful and of the irrepresentable.

Key-words: Abandonment. Psychic pain. Listening. Psychoanalysis.

Notas

¹ Psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Psicanalista em Formação pelo Núcleo de Estudos Sigmund Freud. E-mail: carolfalcao@yahoo.com.

² Psicóloga, Psicanalista, Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Professora Adjunta da Faculdade de Psicologia (FAPSI), Coordenadora do Serviço de Atendimento e Pesquisa em Psicologia da FAPSI/PUCRS, Membro Pleno da Sociedad Psicoanalítica del Sur de Buenos Aires. E-mail: monicakm@puers.br.

³ Psicóloga Clínica, Doutora em Ciências Médicas – Saúde Mental – UNICAMP, Professora Adjunta e Diretora da Faculdade Psicologia (FAPSI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Membro do Grupo de Trabalho para implantação de Estratégia Nacional de Prevenção ao Suicídio - Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção à Saúde.

Referências

AULAGNIER, P. *La violencia de la interpretación: del pictograma al enunciado*. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.

ALONSO, S. L. Novos arranjos para a melodia. In: FUKS, L. B.; FERRAZ, F. C. *Desafios para a psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2003.

BERLINCK, M. T. A. Dor. In: _____. (org). *Dor*. São Paulo: Escuta, 1999.

CASTIEL, S. V.; FALCÃO, C. N. B. A implicação do lugar do analista no destino do processo analítico. In: MACEDO, M. M. K.; CARRASCO, L. K. *(Con)textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FREUD, S. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In: _____. *Obras completas*. v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1897). Carta 69. In: _____. *Obras completas*. v. I. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1904). O método psicanalítico de Freud. In: _____. *Obras completas*. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

- FREUD, S. (1905). Tratamento psíquico (ou mental). In: _____. *Obras completas*. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1920). Além do Princípio do Prazer. In: _____. *Obras completas*. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1926). Inibição, sintoma e angústia. In: _____. *Obras completas*. v. 20. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1927). O futuro de uma ilusão. In: _____. *Obras completas*. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- GARCIA-ROZA, J. A. *Introdução à metapsicologia freudiana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (4v. v.1).
- GROMANN, R. M. G. Dor e sonho: reflexões. In: BERLINCK, M. T. (org). *Dor*. São Paulo: Escuta, 1999.
- HORNSTEIN, L. Dialogo con Piera Aulagnier. In: HORNSTEIN, L., et al. *Cuerpo historia, interpretacion- Piera Aulagnier: de lo originario al proyecto identificador*. Buenos Aires: Paidós, 1991.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MACEDO, M. M. K.; FALCÃO, C. N. B. A escuta na Psicanálise e a Psicanálise da escuta. *Psychê*. v. IX, n. 15, p. 65-76, jan-jun. 2005.
- MACEDO, M. M. K. *Tentativa de suicídio: o traumático via ato-dor*. Porto Alegre. 321 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MACEDO, M. K. M.; WERLANG, B. S. G.; DOCKHORN, C. N. B. F. Vorstellung: a questão da representabilidade. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2007 (no prelo).
- NASIO, J-D. *O livro sobre a dor e amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- UCHITEL, M. *Neurose traumática: uma revisão do conceito de trauma*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- VALLS, J. L. *Metapsicologia y modernidad: el “Proyecto freudiano”*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2004.
- Recebido: 25/11/2006
Aceito: 22/07/2007